

## SALA DE ACOLHIMENTO PARA ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.

Katayamm Jurema Morais de Castro Oliveira<sup>1</sup>  
Izauro Camilo de Oliveira Neto<sup>2</sup>  
Francisco Fabrício Medeiros Pereira<sup>3</sup>  
Rayssa Rafaela de Lima Menezes<sup>4</sup>  
Maria Aleane de Moraes Silva<sup>5</sup>

### RESUMO

A prática educativa de uma instituição escolar se efetiva considerando vários aspectos, neste contexto a necessidade de um trabalho pedagógico mais direcionado para crianças com necessidades educacionais específicas é essencial atualmente, visto que estes alunos demandam de uma rotina escolar estabelecida que atendam suas limitações e favoreçam o seu desenvolvimento. Considerando a realidade de uma escola pública estadual de ensino fundamental, pioneira no atendimento da modalidade de educação especial, no município de Apodi/RN, objetiva-se formular uma proposta de intervenção capaz de acolher alunos com necessidades educacionais específicas diante de desequilíbrios emocionais. Na metodologia, prevemos a instalação de uma sala de acolhimento na Escola Estadual Ferreira Pinto que atenderá 50 discentes por um período de 3 meses. No local, os alunos terão um espaço adequado quando por algum motivo acontecer uma desregulação emocional durante o turno escolar. O ambiente confortável e aconchegante poderá ser um forte aliado para ajudar professores e alunos viabilizando o processo de ensino/aprendizagem e evolução de suas potencialidades. Acredita-se que diante da implementação da metodologia, a maioria dos alunos atendidos terão melhora significativa favorecendo a autorregulação e permitindo que o aluno se sinta mais confortável e confiante para retomar as suas atividades. Diante da aplicação da metodologia e dos resultados esperados, espera-se que a sala de acolhimento possa vir a ser uma proposta de intervenção eficaz para atender a demanda de alunos com necessidades educacionais específicas. Além disso, acredita-se ser possível replicar essa proposta em outras instituições de ensino.

**Palavras-chaves:** Prática educativa, Autorregulação, Desregulação emocional, Educação especial, Proposta.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Curso de Ciências da Educação da World University Ecumenical - WUE, [katayamm@hotmail.com](mailto:katayamm@hotmail.com);

<sup>2</sup> Mestrando do Curso de Ciências da Educação da World University Ecumenical - WUE, [veira.oliveira@hotmail.com](mailto:veira.oliveira@hotmail.com);

<sup>3</sup> Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Iguazu - FI, [fabriciomedeiros385@outlook.com](mailto:fabriciomedeiros385@outlook.com);

<sup>4</sup> Especialista em Educação Inclusiva pela Faculdade do Vale do Jaguaribe - FVJ, [rayssarafealm@hotmail.com](mailto:rayssarafealm@hotmail.com);

<sup>5</sup> Mestranda do Curso de Ciências da Educação da World University Ecumenical - WUE, [aleanemoraes@gmail.com](mailto:aleanemoraes@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

O movimento em prol da educação inclusiva desponta como uma prática crescente em nossas escolas. Conforme o Artigo 208, da Constituição Brasileira, é dever do Estado garantir atendimento educacional especializado às crianças com deficiência, na rede regular de ensino. De modo que, é responsabilidade das escolas oferecer um ensino onde seja considerado as particularidades e singularidades de cada aprendiz, bem como, sejam elaboradas estratégias para aplicação de atividades que considerem as necessidades específicas de cada um destes. Na literatura, considera-se necessidades educacionais específicas (NEE) alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, comunicação ou sinalização, ou que possuem altas habilidades ou superdotação. Por exemplo, estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), Transtorno Opositor Desafiador (TOD), ansiedade, síndrome do pânico, deficiência intelectual e outros.

Nesse contexto, a escola como espaço democrático, deve estar aberta, buscando sempre atender a contento as demandas de todos, onde é crescente o número de alunos com necessidades educacionais específicas e também é crescente, o índice de doenças mentais que os acometem. Considerar estas especificidades em cada um, observando a diversidade de experiências, habilidades, contextos e capacidades, é cada dia mais necessário em nossa prática pedagógica, visto que, são aspectos que interferem diretamente no processo de ensino/aprendizagem.

Na vivência de sala de aula é comum que estes estudantes sejam sujeitos a momentos de desordem emocional frente ao ambiente escolar natural. O barulho do ventilador, a conversa entre os colegas de sala de aula, um efeito luminoso qualquer, uma saída repentina da rotina são elementos que geram alterações do comportamento. Durante estes episódios, estes alunos se auto agridem, aumentam o nível de agressividade com os colegas e professores, gritam, choram e intensificam os comportamentos motores repetitivos (estereotípias).

Desse modo, a educação inclusiva só será efetiva através de uma ação educativa que respeite as particularidades e estabeleça práticas que viabilizem e favoreçam as condições necessárias para que o aluno se sinta confortável no ambiente escolar. Na maioria dos casos, faz-se necessário que estes estudantes sejam conduzidos a um ambiente extra sala de aula para que possam se recompor e autorregular. Gerenciar

adequadamente o momento de desregulação emocional, é imprescindível, já que este é um momento em que a criança ou adolescente não é capaz de administrar de forma adequada a intensidade e a duração de suas emoções.

A Escola Estadual Ferreira Pinto, localizada no município de Apodi/RN, destaca-se como pioneira no atendimento aos alunos com necessidades educacionais específicas. O atendimento diferenciado é realidade na referida instituição desde a década de 80, onde foi instituída a primeira sala para os alunos denominados “especiais” do município. Desde então a abordagem diferenciada vem sendo um dos pilares na efetivação da prática educativa da instituição de ensino. Dessa forma, diante da problemática enfrentada e buscando um aperfeiçoamento contínuo no atendimento aos alunos com necessidades educacionais específicas, idealizou-se uma proposta de intervenção capaz de acolher os alunos no momento de “desregulação emocional”.

Este artigo objetiva realizar uma pesquisa bibliográfica acerca da problemática, bem como um estudo de caso da instalação de uma “sala de acolhimento” na Escola Estadual Ferreira Pinto. Acredita-se que a implementação da proposta de intervenção favoreça a auto regulação, permitindo que o aluno se sinta confortável e confiante, em condições emocionais para retornar a sua rotina em sala.

## **METODOLOGIA**

A metodologia deste trabalho está dividida em duas etapas: (i) pesquisa bibliográfica e (ii) estudo de caso. A primeira delas, já realizada, consistiu na revisão da literatura através de livros, artigos científicos e documentos que regem as políticas públicas educacionais, sobretudo, os documentos e publicações que tratam da educação inclusiva. Na última etapa, a realizar-se, prevê a implementação de uma sala com tatame emborrachado, com almofadas, climatização, revestimento acústico e proteção nas paredes internas capaz de receber os alunos nos momentos de crise.

Vale destacar a importância da utilização da pesquisa bibliográfica, tendo em vista que nesta, busca-se por obras já publicadas sobre o tema e que apresentam pontos relevantes para o seu estudo e aprimoramento. Neste sentido é primordial o trabalho com a pesquisa bibliográfica, para a produção científica, assim como nos afirma AMARAL (2007):

[...] é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que der o embasamento teórico em que se baseará o trabalho. Consistem no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa (AMARAL, 2007, p. 1).

A pesquisa bibliográfica também possibilita elencar subsídios para aprofundar o conhecimento acerca do que já está posto sobre o tema e ainda obter pistas para produção de novos entendimentos e conceitos. Apesar de que a literatura acerca de sala de acolhimento ainda é escassa e rasa, gerando um desafio e reforçando a importância da elaboração deste estudo.

Em sequência, a elaboração de estudos de caso, faz-se fundamental por fornecerem aprofundamentos em unidades individuais uma vez que servem para trazer respostas a cada questionamento que os pesquisadores não têm muito controle sobre cada um dos experimentos analisados. Além disso, esse tipo de metodologia contribui para uma compreensão mais robusta e completa de cada episódio analisado. Nestes casos, o conhecimento teórico é posto à prova em um ao direto e minucioso capaz de promover uma análise fora da caixa.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Existem várias leis e normas que amparam a criação e implementação de salas de apoio para pessoas com deficiência e necessidades educacionais especiais. Algumas dessas amparam e vivilizam o atendimento especializado, com destaque para:

- Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015): Estabelece diretrizes para a inclusão das pessoas com deficiência, incluindo o acesso a serviços de saúde e educação.
- Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 7.853/1989): Garante direitos e proteção às pessoas com deficiência.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996): Inclui a educação especial como parte do sistema educacional.

Essas leis e normas garantem o direito ao acesso a serviços e espaços adaptados para pessoas com deficiência e necessidades específicas, incluindo Salas Multissensoriais, Salas de AEE (Atendimento Educacional Especializado), Salas de Terapia Ocupacional, entre outras. Nestes espaços são oferecidos serviços de estímulos sensoriais, desenvolvimento motor, melhorias na percepção e integração sensorial, aumento da autoconfiança e autoestima, ampliação das habilidades sociais e comunicativas, redução de estresse e ansiedade, de modo que esses espaços estão sempre atrelados a oferta de serviços de estimulação dos sentidos, experiências sensoriais e aprendizagens específicas.

Deste modo, a convivência nestes espaços, sobretudo quando estes são disponibilizados no espaço escolar, viabilizam situações, momentos de troca e de relações sociais, que permitem o estabelecimento de vínculos favorecendo a inclusão, através de propostas que conduzem ao desenvolvimento e aprendizagem, bem como a integração social e educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB (Lei nº 9394/96) trata em seus Artigos 58, 59 e 60 da Educação Especial, especificamente no artigo 58, § 1º quando diz que: haverá quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial, assim está posto que os serviços de apoio especializado podem e devem ser ofertados nas instituições de ensino, o que ampara a implantação da sala de acolhimento, como uma proposta de intervenção importante para o desenvolvimento das atividades diárias nas escolas, visto que não se observa mais a educação especial desvinculada das práticas da educação geral.

A proposta para o atendimento em sala de acolhimento deve acontecer de modo breve, mas com grande significado para o rendimento do aluno, já que por meio desta, estima-se que o momento de desregulação emocional, seja substituído pela auto regulação ou regulação emocional, dando condições para o aluno se estabilizar e ter condições de retornar a sua rotina organizada, juntamente com os demais integrantes da sala de aula regular.

Para todos os estudantes a evolução do aprendizado acontece de forma surpreendente, principalmente, quando consideramos que cada um aprende de modo particular e ainda mais, quando o aluno possui necessidades educacionais específicas, que necessita da aplicação de uma metodologia diferenciada para o seu desenvolvimento mediante suas limitações. Assim como está em destaque na Declaração de Salamanca: “o desafio para uma escola inclusiva é o de desenvolver uma pedagogia capaz de educar com

sucesso todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência e desvantagens severas” (SALAMANCA, 1994, p.6)

A sala de acolhimento surge como uma proposta de intervenção que deve auxiliar alunos e professores, pois o atendimento neste ambiente não deve ser restrito aos que apresentam dificuldades de convívio no ambiente escolar, tampouco, somente para os que possuem condutas típicas de síndromes (neurológicas /psicológicas/ psiquiátricas), ou com necessidades educacionais, em virtude da sua deficiência. O espaço em questão é um lugar que deve servir de apoio a qualquer um que apresente um quadro psicológico reativo, sendo necessário uma atenção especial do professor em determinado momento, sem que necessariamente, seja um aluno da educação especial.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nesta etapa, espera-se como resultado um aumento significativo na participação dos alunos com necessidades educacionais específicas nas atividades escolares, visto que, em muitos casos de desregulação emocional o aluno não consegue voltar para sala de aula regular, sendo necessário o atendimento nos corredores, em outras salas, no pátio, no refeitório, sempre na presença de outros alunos, o que torna uma situação bem desagradável e constrangedora.

Instituir a “Sala de Acolhimento”, provavelmente viabilizará o atendimento mais humanizado e respeitoso para o estudante, bem como, irá colaborar significativamente para o desenvolvimento de habilidades sociais, onde poderá ser estabelecido uma troca de relações mais significativas, com colaboração mútua e mais empatia, além de favorecer através do ambiente o auto controle, visando acalmá-lo com mais rapidez, cessando o momento de desregulação.

Destacamos também, o apoio individualizado, possibilitando um acolhimento mais específico com estratégias pedagógicas adaptadas às necessidades de cada aluno, e focada na particularidade da problemática enfrentada no momento, culminando em um *feedback* positivo entre professor e aluno, haja vista que possibilitará retornos positivos na autorregulação, assim como será retomada a sequência no desenvolvimento dos alunos ao retornarem para a sala de aula regular, promovendo assim um ambiente mais colaborativo de aprendizagens significativas.

A intervenção da implantação da sala de acolhimento para alunos com necessidades educacionais específicas, mostra-se como uma estratégia que poderá ser mais eficaz para promover a autorregulação, e possibilita o desenvolvimento integral dos alunos que nela serão acolhidos, isso facilitará o trabalho do professor neste momento de desregulação, como também contribuirá para o desenvolvimento emocional e social do aluno. Portanto, é fundamental que as instituições de ensino básico invistam nesses espaços como também nas práticas de acolhimento, garantindo que os alunos tenham oportunidades equitativas de aprendizado, resultando no sucesso da proposta.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A implantação da sala de acolhimento para alunos com necessidades educacionais específicas representa um passo significativo em direção à inclusão e à equidade no ambiente escolar. Ao proporcionar um espaço dedicado ao acolhimento e ao suporte individualizado, é uma oportunidade de atender às demandas únicas de cada aluno, promovendo não apenas o aprendizado, mas também o seu desenvolvimento emocional.

A sala de acolhimento não é apenas um recurso pedagógico, mas um ambiente transformador que favorece a construção de relações saudáveis e o fortalecimento dos vínculos do aluno o ambiente educativo. A participação ativa dos educadores, juntamente com o apoio das famílias, será crucial para o sucesso dessa proposta, evidenciando a importância da colaboração entre todos os envolvidos no processo educativo.

Se faz necessário o investimento em práticas inclusivas e na formação contínua dos docentes, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas necessidades, tenham acesso a uma educação de qualidade. A experiência adquirida com a sala de acolhimento pode servir como modelo para outras escolas que buscam implementar iniciativas semelhantes. Por fim, reforçamos que a inclusão é uma responsabilidade coletiva e exige compromisso e dedicação de todos.

## **REFERÊNCIAS**

AMARAL, J. J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2007. Disponível em: <<http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses-1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 out. 1989.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Salamanca.** Brasília, DF; UNESCO, 1994.